

OS MECANISMOS DO MERCOSUL PARA O INCENTIVO À TECNOLOGIA

Lucas Pagno

Prof. Dr. LEONARDO MÉRCHER

RESUMO

A tecnologia é a responsável pela renda e qualidade de vida da população e é fundamental para o desenvolvimento e soberania de um país. Isso pode ser potencializado pelas organizações internacionais de integração regional gerando mais competitividade para as empresas, criando produtos mais baratos e com maiores funcionalidades, o objetivo desse artigo é explicar como as organizações internacionais de integração regional podem fazer isso, utilizando uma metodologia do tipo qualitativa, de caráter descritiva-explicativa. Utilizando a abordagem dos Sistemas Nacionais de Inovação e realizando uma profunda pesquisa sobre o que determina os processos de fomentação de aptidões tecnológicas nacionais, de instituições, mercado de fatores e políticas de incentivo partindo de bibliografias, materiais teóricos e documentação institucional. Por fim, o que resultou dessa análise foi aplicado ao estudo do MERCOSUL, observando seus diversos mecanismos que fomentam o desenvolvimento tecnológico. Concluímos então que ao utilizar fatores como ampliação de mercado consumidor, redução de custos, promoção da cooperação técnica e tecnológica e criação de normas, o MERCOSUL busca o desenvolvimento regional, um processo longo, difícil e demorado, mas que traz grandes benefícios à população.

Palavras chave: Organizações Internacionais; Integração Regional; Desenvolvimento tecnológico; Mercosul.

1 INTRODUÇÃO

Estrategicamente o desenvolvimento tecnológico é de suma importância nacionalmente, originando-se das inovações das empresas e do conhecimento adquirido nas instituições de ensino, aonde frequentemente permanece no seu local de criação, conforme a abordagem do Sistema Nacional de inovação. Levando em conta as particularidades dos Estados e grupos locais de interesse os governos devem fomentar o desenvolvimento criando estratégias para que os inúmeros fatores influenciem a forma como as políticas públicas são feitas.

Geralmente se nota o papel do setor internacional como um coletor dos resultados da tecnologia através dos produtos comercializados e não como estimulador destas transformações, porém os Estados-membros dessas instituições internacionais contam com dispositivos institucionais que estabelecem metas e influenciam tanto a esfera pública quanto a privada na tomada de decisão e elevam a cooperação internacional podendo ultrapassar no caso das Organizações Internacionais de Integração Regional a soberania internacional, alcançado assim seus objetivos que devido aos embaraços econômicos e políticos, locais ou internacionais seria improvável.

Composta por países em desenvolvimento e por processos institucionalizados em uma organização internacional de integração regional, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a América do sul destaca-se ao refletirmos sobre esses temas e nos surge com uma pergunta que define os caminhos de pesquisa: “Organizações Internacionais de Integração Regional pode potencializar os processos tecnológicos nas nações em desenvolvimento?”

As Organizações Internacionais podem ser vistas como facilitadoras da cooperação entre os países, possibilitando os Estados manter interações continuadas com maior garantia do cumprimento das normas. Embora a visão institucionalista possua lacunas em suas análises, como o uso poder para influenciar ou contornar decisões, ela dá uma base teórica suficientemente firme para que se tenha certeza da relevância das instituições na política internacional.

O objetivo é demonstrar como o MERCOSUL potencializa a tecnologia na região. Especificamente destacar como ocorre dentro das nações de industrialização recente o desenvolvimento tecnológico e descrever o fenômeno da integração regional em uma perspectiva institucional neoinstitucional das RI sobre o fomento tecnológico. Esse trabalho se propõe a ser uma pesquisa do tipo qualitativa, de caráter descritivo explicativo e adotará como procedimentos uma abordagem direta e bibliográfica, tendo como visão metodológica uma análise dedutiva, histórica e comparativa. São utilizados livros, artigos científicos, editoriais, reportagens em jornais, revistas e mídia audiovisual online, que poderão criar fundamentos teóricos sobre o tema do desenvolvimento tecnológico, organizações internacionais e Integração Regional. Também são utilizadas fontes primárias como documentos institucionais coletados de sites oficiais, tais como atas de reuniões, pareceres, legislações, no intuito de enriquecer o texto e buscar resultados mais próximos a realidade, especialmente no que se refere ao estudo de caso sobre o MERCOSUL.

2 O QUE É DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO?

Segundo Burns o desenvolvimento tecnológico é todo o processo de melhoria nas técnicas de produção, comercialização e entrega sendo a principal força de avanço para o desenvolvimento econômico, em outras palavras, o desenvolvimento tecnológico é um processo de mercado que afeta todas as esferas sociais e garante a prosperidade e dinamismo da sociedade, sendo estratégico para que a nação se defina como soberana.

Diferentemente da visão neoclássica de que a inovação é externa a produção, o Sistema Nacional de Inovação vem com outra abordagem, a relação entre tecnologia e as instituições nacionais cria um ambiente propício à inovação e difusão tecnológica. Para entendermos melhor o SNI precisamos definir o que é sistema e o que é inovação. A combinação de vários tipos de conhecimentos, competência, técnicas e diversos outros elementos juntamente com a invenção formam a inovação, ou seja, a inovação é a continuidade da invenção aplicada na produção e comercialização de mercadorias. Já um sistema possui diversos elementos de propriedades diversas, mas que em conjunto formam propriedades em comum, tendo funções e fronteiras bem definidas, sendo visível aonde começa e termina. Assim sendo, uma nação composta por elementos que interagem entre si de forma específica e tem suas fronteiras definidas deve através do SNI organizar o desenvolvimento, introdução e difusão de Inovações. Essas interações entre os elementos estabelecem hábitos e experiências que fazem o sistema ser crucialmente dinâmico, adaptando-se, aprendendo e mudando, mas também podem criar vitimas a longo prazo de hábitos estabelecidos, como exemplo podemos citar o milagre econômico Brasileiro que foi por um determinado tempo benéfico, mas que devido a rigidez dos agentes não se adaptou aos novos paradigmas produtivos e tecnológicos o que acabou gerando a longo prazo estagnação e inflação.

Os SNI's são sistemas de organizações que investem em ciência de ponta sendo essa uma fonte direta de crescimento para o país e nas relações de P&D (pesquisa e desenvolvimento) promovendo a criação e disseminação de conhecimento. Tais conhecimentos incluem questões como patentes, mas tão pouco, questões amplas como as dinâmicas do mercado de trabalho, educação e treinamento. Essa interpretação não se traduz em países de médio/pequeno porte aonde os setores com uma forte historia nacional e institucional, mas com baixa tecnologia entre outros fatores são extremamente importantes para o crescimento econômico. A escola européia vai além da abordagem anterior levando em conta também questões como influências culturais, políticas, as relações entre empresas, entre consumidores, e de aprendizado que vão muito além das P&D.

2.1 PAÍSES EMERGENTES E O SNI

Enquanto os países desenvolvidos têm a inovação como meio para o desenvolvimento tecnológico, em países emergentes isso se dá através do

aprendizado, na tentativa e erro, devida a falta de acúmulo de capacidades tecnológicas próprias, infraestrutura, recursos fiscais e humanos, necessitando assim importar tecnologia e focar em produção, acumulando conhecimento e os aplicando de maneira assertiva, tendo domínio nas tecnologias de produção o que inclui a manutenção, adequação, ampliação e inovação de novas tecnologias ou de adaptação das já existentes.

Há algumas características para desenvolver as aptidões tecnológicas nas empresas tais como aprendizado é realizado de forma ativa, consciente e intencional e é vital para o desenvolvimento industrial, cada empresa possui uma experiência de aprendizado diferente uma das outras, a ignorância tecnológica de algumas empresas gera certa insegurança, as empresas têm conhecimento e informações incompletas, e administram essas incertezas com escolhas satisfatórias e aprendendo com as escolhas, sendo esse um processo cumulativo que gera rotinas e padrões.

3 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

As organizações internacionais são um corpo burocrático e institucionalizado de personalidade jurídica que tem como objetivo garantir o interesse benéfico à comunidade de seus estados-membro e punir sem o uso da força militar os Estados que descumpram as normas. Buscando sempre manter e confiança e compartilhando de forma justa informações, custos, funcionários multilaterais, ou seja, que geralmente advém de todos os Estados-membros e supervisionando o cumprimento das normas.

Segundo Nowotny as OIs possuem 5 características que a difere da diplomacia tradicional. Tais como operacionalizar uma agenda própria podendo ser influenciada, mas não restringida por um estado individual; Seus funcionários por estarem mais tempo na função outorgam uma qualificação maior; Seus dirigentes quanto mais atuantes e independentes mais capazes de realizar trabalhos impressionantes; E a independência dos funcionários dos seus estados de origem, visto que moldam sua identidade através do vínculo com pessoas e instituições internacionais não sendo distraídos por questões tangentes dos seus estados de origem além de que sua perícia individual é bem mais valiosa as instituições.

4 INTEGRAÇÕES REGIONAIS

A integração regional parte de um novo sistema jurídico que deve garantir a segurança jurídica aos estados-membros, agentes, cidadãos e depende do comprometimento, supranacionalidade ou intergovernabilidade que os estados estão dispostos a negociar. É importante destacar os estágios de integração econômicos de quatro níveis. 1) Zona de livre comércio; 2) União Aduaneira; 3) Mercado comum; 4) União monetária. Muito além das outras OIs, o fenômeno das OIs de integração regional abrange diversas questões econômicas, políticas e culturais que podem ser explicadas pelas duas teorias, o Funcionalismo e Neofuncionalismo.

O Funcionalismo proposto por Mitrany é um processo gradual de formação das OIs trabalhando primeiramente questões econômicas e depois voluntariamente transferindo para as outras funções, com o intuito de satisfazer as necessidades da população sem constranger suas liberdades no que Mitrany chamou de um Sistema de Paz.

Contudo a separação da esfera política e não política, o apego dos estados a sua soberania e sentimento de nacionalidade são as principais críticas a essa teoria. É então que surge o Neofuncionalismo trazendo os grupos de interesse e as elites à discussão. Esses grupos de interesse ao perceberem racionalmente o custo/benefício das instituições supranacionais fazem pressão aos políticos domésticos para que a transição gradual da autoridade Estatal para as OIs ocorra.

5 INSTITUIÇÕES

Devido à grande amplitude de instituições iremos restringir nosso objeto de estudo as instituições como órgãos formais de suporte as atividades de desenvolvimento tecnológico. Tais instituições são estabelecidas em respostas a brechas no fornecimento de capital para o desenvolvimento tecnológico e tem o governo como seu importante catalisador. A complexa interação dessas instituições, normas e cultura nacional moldam o processo de aprendizado das empresas e são vitais para o desenvolvimento tecnológico nacional. De caráter meramente didático iremos agrupar as instituições em quatro grupos: 1) Instituições que planejam políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico; 2) Instituições de estímulo a atividades tecnológicas; 3) Instituições de produção e reprodução de conhecimento

As OIs e as instituições domésticas de planejamento de políticas públicas possuem um forte vínculo sendo a última muito influenciada pela primeira. É fato que podemos dividir essas instituições domésticas em dois tipos: os órgãos do governo

para elaboração de políticas públicas e os grupos de interesses e institutos que influenciam a tomada de decisão do governo, ambos afetam todas as outras instituições e empresas na criação de rotas para a retenção de aptidões tecnológicas e interagem entre si na criação de estratégias nacionais de desenvolvimento.

Instituições internacionais e instituições de estímulo à atividade tecnológica estão relacionadas ao campo financeiro, possibilitando assim os investimentos e financiamento das empresas no aprendizado e inovação.

São as universidades, centro de treinamentos, cooperativas entre empresas, institutos de pesquisas e desenvolvimento exemplos de Instituições de reprodução e produção de conhecimento, responsáveis por aprimorar as habilidades e conhecimentos dos mercados, capacitando os profissionais, criando novos produtos e mercados ou criando inovações que reduzem ou ampliam a produção existente e podem ser totalmente públicas, privadas ou mistas. Tais instituições possuem muita demanda, e isso acaba transbordando para as Instituições internacionais principalmente as de desenvolvimento regional, utilizando para isso universidades, redes de pesquisa internacionais e institutos, captando recursos, pessoal e gerando resultados benéficos para os Estados-membros, aproximando pesquisadores e estudantes da região em vínculos não só acadêmicos, mas também culturais, criando assim uma identidade regional.

6 MERCADOS DE FATORES

Os cominhos para o desenvolvimento tecnológico dentro das empresas precisam evidentemente espaços de compra e venda dos recursos necessários para o aprendizado industrial e tecnológico, agrupados em 2 mercados essenciais. Feito por instituições como bancos, bolsas de valores, e mesmo pelo governo, o mercado financeiro financia o desenvolvimento industrial e tecnológico. As grandes multinacionais possuem diversas fontes preferenciais de investimentos, o que lhes confere grandes vantagens em relações a outras empresas de menor porte. Essa preferência ocorre tanto em países desenvolvido quanto em países em desenvolvimento. Os estados podem utilizar o aporte de Organizações Internacionais, instituições financeiras privadas, tributação e emissão de títulos públicos ou auxílio de outros estados. Já as empresas de menor porte sofrem para obter fundos sendo necessário por muitas vezes a ajuda do governo para coibir

essas falhas de mercado e a insegurança que os investidores estrangeiros têm em investir em empresas de pequeno porte, oferecendo para isso subsídios e incentivos. Além das já citadas instituições regionais de incentivo ao desenvolvimento e convergência, um mercado comum de livre circulação de capitais facilita o acesso aos financiamentos.

O mercado de habilidades refere-se à disponibilidade de profissionais capacitados para cumprir os processos de produção e de criar novos processos e produtos. Um sistema educacional eficaz é uma das maneiras de capacitar os profissionais, sendo necessário se adequar para os diferentes ritmos de indústrias, de forma que uma educação superior formal é recomendada as indústrias com mudanças tecnológicas mais lentas e uma formação técnica para indústrias com mudança tecnológicas mais rápidas. A tentativa e erro e inovações incrementais que surgem das necessidades corriqueiras da função, imigração ou programas de cooperação internacional, intercâmbio acadêmicos e profissionais, também são outra maneira de capacitação.

7 POLÍTICAS PÚBLICAS

Veremos agora como o estado, através de algumas políticas como a política comercial, cambial, industrial, de mercado consumidor e de fomento direto à P&D privada pode direcionar as empresas através de uma estratégia nacional de desenvolvimento, incentivando assim os investimentos privados, a modernização das fabricas, eliminação dos elos fracos e reformulação da estrutura produtiva, harmonizando a interação entre a indústria nacional e a internacional.

O sistema de livre comércio para empresas nacionais competentes significa expansão e novas oportunidades. Já para empresas de menores competências isso significa concorrência e as incertezas. Intervenções com políticas comerciais eficientes do governo incentivando o aprendizado coletivo e realocando os recursos de modo eficiente para os ramos certos de atividade podem diminuir essas incertezas. Essas intervenções precisam ter um caráter seletivo e temporário gerem processos de aprendizado dinâmicos. Para isso temos alguns dos principais mecanismos para controle do comercio, como as barreiras tarifárias (limitam a entrada de certos produtos através de impostos de importação), não tarifárias (semelhante ao anterior, porém não envolvendo uma taxação direta, como os

subsídios, quotas, medidas antidumping e compensatórias, que protegem fluxos comerciais atípicos ou práticas comerciais desleais), e controle sobre o câmbio.

Com o objetivo de incentivar exportação e ganhos de competitividade das empresas, a política cambial geralmente é utilizada de duas formas: câmbio fixo aonde o governo estipula o valor de sua moeda em relação a uma moeda de referência e o câmbio flutuante onde fica a cabo do mercado monetário encontrar um valor de equilíbrio através da oferta e demanda da moeda.

A escolha dos mecanismos de intervenção na indústria deve estar em harmonia com uma estratégia de crescimento bem planejada. Suporte do governo para um grupo restrito de empresas pode ser uma das estratégias adotadas ou dar suporte à P&D de acordo com a demandas que surgir espontaneamente da indústria.

Toda a produção é destinada ao consumo, e as características dos consumidores influenciam o que é produzido, ou seja, uma empresa só investirá em novas tecnologias se o mercado tiver necessidades delas, se o mercado possuir um bom poder aquisitivo e demandar produtos mais sofisticados tecnologicamente. A economia não se baseia apenas na extensão territorial, mas um poder de compra dos consumidores, distribuição e equidade social. Políticas de educação, distribuição de renda, descentralização produtiva, modernização da infraestrutura e ainda integração com mercados vizinhos são excelentes estratégias para ampliar a qualidade e o tamanho do mercado interno ou uma estratégia voltada à exportação é muito boa para se ter contato com mercados mais avançados.

O P&D é sistematicamente mais incerto as empresas, que tendem a investir menos, sendo necessário o incentivo do governo. O governo a fim de aumentar de empregos e o desenvolvimento regional assumi uma parte dos riscos para si e exige condições das empresas como garantia. Essas condições podem ser priorizar certas indústrias, demandar metas de produção, definir uma região específica do país para a realização das atividades, proibir a venda de conhecimentos ao exterior, exigir produção dentro do território nacional, etc. A partir de uma abordagem neoschumpeteriana, a tecnologia é um ativo fundamental e o P&D nacional é necessária para promover a competitividade das empresas nacionais para o mercado interno e externo, aumentar a dinamicidade e adaptabilidade dos mercados e das empresas para novos paradigmas tecnológicos, e garantir soberania sobre setores estratégicos, como o militar. As OIIR podem reduzir as imperfeições de

mercado através de instituições próprias ou em cooperação com instituições nacionais, e politicamente pode dar suporte para os governos com a alteração das normas sociais internas e externas, e dar mais força aos Estados no cenário internacional.

8 MERCOSUL E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

São longos os antecedentes de tentativas de integração Regional da América do Sul. Em 1815 com a Carta da Jamaica, foram feitos diversos acordos (mas poucos foram ratificados), em 1960 como a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), cujos objetivos incluíam: 1) criar um mercado comum latino-americano; 2) estabelecer zonas de livre comércio; 3) promover o desenvolvimento econômico e social; 4) coordenar as políticas econômicas e financeiras; 5) aumentar a complementariedade econômica. Essa iniciativa acabou fracassando devido a desequilíbrios no comércio bilateral, diferentes visões e a falta de engajamento político. Reformulando-se com a criação de uma série de mecanismos de preferências tarifárias regionais e acordos de alcance regional a ALALC transformou-se na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) o que serviu de base para a criação do MERCOSUL. A década de 1990 contou com sucessos econômicos na integração comercial, inicialmente com a aproximação entre o Brasil e a Argentina e posteriormente estendida ao Paraguai e Uruguai foi formulada o Tratado de Assunção, assinado em 1991. De 1990 e 1996 a liberalização tarifária proporcionou um crescimento de 89% do comércio intrabloco e 311% do comércio extrabloco. Contudo, a virada do século XXI foi marcada por crises econômicas junto da ascensão de governos mais sociais, levaram a uma renovação, conhecida como MERCOSUL social. Com seis instituições principais e muitos subgrupos de trabalho, reuniões especializadas e organismos complementares o MERCOSUL tem em sua estrutura atual o Conselho Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC), a Comissão de Comércio do Mercosul, a Comissão Parlamentar Conjunta, o Tribunal Permanente de Revisão e o Foro Consultivo Econômico-Social

9 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

O Conselho do Mercado Comum responsável pela condução da política de integração do MERCOSUL e por promover o tom das políticas de desenvolvimento

tecnológico dos países, tem como integrantes os ministros de economia e relações exteriores dos estados partes. Eles se reúnem a cada 6 meses e suas decisões são tomadas por consenso e de caráter obrigatório. CMC não executa políticas, pois é um órgão apenas legislativo, cabem então aos seus órgãos subordinados, grupos ad hoc, reuniões especializadas e subgrupos de trabalho executar as políticas. A mobilidade acadêmica como visto no capítulo anterior, fortalece o mercado de habilidade, capacita os profissionais através de intercâmbios de conhecimento e aproximar os povos, pensando nisso foi criado o Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica no MERCOSUL (SIMERCOSUL) que planeja financiar através do (FEM) e do FOCEM cerca de 20 e 27,6 milhões de dólares para os programas de mobilidade acadêmica regional, existente e novos, criar e implementar para o funcionamento da estrutura do SIMERCOSUL uma plataforma informática envolvendo assim cerca de 3000 estudantes e 500 docentes. Podemos destacar também o RECyT – Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia. Órgão responsável por modernizar as economias dos países-membros, promover o desenvolvimento científico e tecnológico, difundir as informações, ampliar a oferta e a qualidade dos serviços e bens, trabalhando na promoção e o incentivo da pesquisa em todos os níveis, aumentando a produtividade e competitividade dos segmentos produtivos do MERCOSUL, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes. Podemos destacar uma iniciativa de cooperação entre o MERCOSUL e a União Européia, o projeto de Plataforma de Biotecnologias do MERCOSUL (BIOTECSUR) da RECyT. Este projeto prevê com um aporte de 7,3 milhões de euros sendo 6 milhões da união européia o desenvolvimento de incubadoras, redes de pesquisadores, parques tecnológicos, energias renováveis, saúde Humana e projetos de P&D conjuntos entre UE e MERCOSUL.

O FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL) foi um grande avanço para o MERCOSUL na questão econômica com aportes anuais de US\$ 127 milhões (US\$ 70 milhões do Brasil) destinados a estrutura e a integração regional dos estados membros principalmente em regiões mais vulneráveis. Podemos destacar o programa tipo II, um projeto que contribui com a competitividade das atividades produtivas do MERCOSUL destinando fundos econômicos, como por exemplo, temos a proposta elaborada pela RECyT de “Investigação, educação e biotecnologias aplicadas à saúde” com o aporte de US\$7.063.000 pelo FOCEM e o resto dos US\$10.061.400 pelos estados. Pretende-

se com isso, formar uma rede de pesquisa em Biomedicina que deve compartilhar, produzir e transferir biotecnologias além de formar recursos humanos.

Outra política que podemos destacar é o subgrupo nº7 que tem como objetivo a integração produtiva e a política industrial como do MERCOSUL e é integrado pelas Comissões de Qualidade e Inovação, Propriedade Intelectual, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Artesanato. Também podemos destacar o subgrupo nº 14 cujo objetivo principal é a integração produtiva, na competitividade e associação entre empresas com foco nos setores de energia renováveis, aeronáutico e naval. Essa cooperação culminou na criação da Associatividades empresariais de Montevideu (CAE) aonde seus participantes elaboram um documento de forma consensual dos cursos de ações. Por fim vale ressaltar que o MERCOSUL possui outros mecanismos para impulsionar o desenvolvimento tecnológico, tais como o Tribunal Permanente de Revisão responsável juridicamente do processo de integração e a Comissão de Comércio do MERCOSUL responsável pela política comercial comum.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos com esse estudo que as OIRs podem fomentar a obtenção das aptidões tecnológicas nacionais, e que as instituições têm funções que podemos condensar em quatro tópicos: ampliação de mercado consumidor, redução de custos, promoção da cooperação técnica e tecnológica e Criação de normas.

Um mercado consumidor com escala e de qualidade é fundamental para as indústrias inseridas pois garantem o desenvolvimento tecnológico dos países. As OIRs contam com mecanismos de integração econômica expandindo e nutrindo o mercado de seus estados membros. Iniciativas como os Subgrupos de trabalho nº 7 e nº 14, SIMERCOSUL e BIOTECSUR são essenciais para a integração industrial e qualificação do mercado.

Compartilhar custos entre os estados-membros é sempre uma excelente opção para reduzir seus custos internos, sendo necessário para isso, que tais países possuam uma convergência socioeconômicas, objetivos bem definidos e gerir os fundos para que vão para as regiões mais necessitadas. Um exemplo de instituição financeira é o FOCEM que é a fonte de grande parte dos projetos regionais.

A cooperação técnica e tecnológica é a capacidade das instituições de ampliar seu mercado de conhecimentos através de intercambio de profissionais,

compartilhamento de conhecimentos e até a livre circulação dos profissionais com o RECyT como um excelente exemplo no caso do MERCOSUL.

O quarto e último tópico refere-se a criação de normas internacionais. Regidos segundo a visão construtivista, por um conjunto dinâmico de regras e normas socialmente aceitas pelas quais os agentes internacionais interagem e moldam tais conjuntos. As OIs criam regras que influenciam a tomada de decisão dos estados através de leis que reduzem o espaço de manobra das políticas comerciais, monteiiras e industriais ou ainda utilizando a força conjunta de seus estados. Como exemplo disso podemos citar a RECyT, CMC, Subgrupos de trabalho nº 7 e nº 14.

Em conclusão, podemos afirmar que o MERCOSUL possui diversos dispositivos institucionais, que fomentam a produção do mercado de habilidades, informações e financeiro, bem como incentivam os agentes a investirem no acúmulo de tecnologias ao interagirem com as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia.** Economia Rural, vol. 40, nº 2:235-264, abr./jun.2002

AMBOS, Kai; PEREIRA, Ana C. P. **Mercosul e União Européia: Perspectivas da Integração Regional.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006. 230 p.

AMSDEN, Alice. **A ascensão do “resto”:** os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo, Editora da UNESP, 2009.

BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. **Rules for the World:** International Organizations in Global Politics. Ithaca: Cornell University Press, 2004. 226 pp.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Estratégia nacional e desenvolvimento.** Revista de Economia Política, vol. 26, nº 2 (102), pp. 203-230 abril-junho de 2006.

CALVO, G. A.; REINHART, C. M.. Fear of Floating. **The Quarterly Journal Of Economics**, [s.l.], v. 117, n. 2, p.379-408, 1 maio 2002. Oxford University Press (OUP).

CUNHA, Márcia Pereira. Do **planejamento à ação focalizada**: IPEA e a construção de uma abordagem de tipo econômico da pobreza. 2012. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Usp, São Paulo, 2012.

DODGSON, Mark. As políticas para ciência, tecnologia e inovação nas economias asiáticas de industrialização recente. In: KIM, Linsu; NELSON, Richard R. (Org.). **Tecnologia, Aprendizado e Inovação**: As experiências das economias de industrialização recente. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. Cap. 8. p. 313-365.